



O DIREITO À MORADIA PARA AS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA BENEFICIÁRIAS DO PMCMV NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (PR)

The right to housing of family-leading women who benefit from the PMCMV in Curitiba (PR), Brazil

Kamila Anne Carvalho da Silva

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4453-9190>

URL: <http://lattes.cnpq.br/5651584419328892>

E-mail: milacarvalho92@gmail.com

Madianita Nunes da Silva

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3648-6797>

URL: <http://lattes.cnpq.br/1972138591868138>

E-mail: madianita@gmail.com

Trabalho enviado em 4 de abril de 2023 e aceito em 17 de julho de 2023



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.03., 2024, p. 413-437

Kamila Anne Carvalho da Silva e Madianita Nunes da Silva

DOI: [10.12957/rdc.2024.74741](https://doi.org/10.12957/rdc.2024.74741) | ISSN 2317-7721

RESUMO

A presente reflexão tem como tema o direito à moradia e à cidade das mulheres chefes de domicílio beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa 1 em Curitiba e discute em que medida tais direitos foram garantidos na execução do programa nesse município. A investigação que deu origem ao artigo valeu-se de revisão bibliográfica e dados quantitativos e qualitativos, levantados por meio de pesquisa documental e entrevistas com beneficiárias. No marco teórico discute-se sobre o espaço vivido pelas mulheres na casa e na cidade, explorando as relações entre classe, raça e gênero e os níveis e dimensões do fenômeno urbano. Apoiada nesses elementos e perspectivas a territorialização da desigualdade de gênero em Curitiba é caracterizada e analisada. Avalia-se também a execução do PMCMV a partir da vida cotidiana das beneficiárias chefes de família. Os resultados evidenciam, que apesar de contar com avanços importantes, o PMCMV não considerou a vida cotidiana das mulheres beneficiárias. Conclui-se que a garantia do direito à moradia das mulheres passa pela articulação entre política habitacional e urbana e a superação do paradigma alicerçado nas falsas dicotomias que relacionam mulher, trabalho reprodutivo e espaço privado em oposição a homem, trabalho produtivo e espaço público.

Palavras-chave: Gênero. Direito à moradia. Direito à cidade. Programa Minha Casa Minha Vida. Curitiba.

ABSTRACT

The subject of this paper is the right to housing and the city of family leading-women who benefit from Minha Casa, Minha Vida Program (PMCMV) Faixa 1 in Curitiba, Brazil, and discusses to what extent these rights were assured by the Program's implementation in this city. The investigation here presented was based on a literature review and quantitative and qualitative data collected through desk research and interviews. The theoretical framework discusses the space lived by women between home and the city, in the articulation between class, race and gender relations and the levels and dimensions of the urban phenomenon. Based on this, it analyses the territorialization of gender inequality in Curitiba. Subsequently, the execution of the PMCMV is evaluated based on the daily life of the family leading-women. Finally, the final considerations are presented. The results showed that the PMCMV, despite having made important advances, did not consider the daily lives of women. It was concluded that the guarantee of women's right to housing involves articulating housing and urban policy and overcoming the paradigm based on false dichotomies that relate women, reproductive work and private space as opposed to men, productive work and public space.

Keywords: Gender. Right to housing. Right to the city. Programa Minha Casa Minha Vida. Curitiba.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado na segunda gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2009 e até 2019 tinha entregado mais de 5 milhões de unidades



habitacionais no país (BRASIL, 2020). O programa foi oficialmente encerrado no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), no ano de 2020, com a instituição do Programa Casa Verde e Amarela¹.

O PMCMV teve duas fases efetivamente desenvolvidas: a primeira de 2009 a 2011 e a segunda de 2012 a 2016² e desde seu lançamento incorporou na Faixa 1, destinada à população com renda familiar até três salários mínimos, o mecanismo de preferência pela titularidade feminina em políticas de habitação de interesse social, previsto em 2005 na lei³ que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Na segunda fase do programa ampliaram-se os dispositivos voltados às mulheres beneficiárias da Faixa 1: (i) estabeleceu-se como diretriz a prioridade de atendimento a famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; (ii) instituiu-se a manutenção ou transferência da propriedade do imóvel obtido durante o casamento ou união estável à mulher, em casos de separação, divórcio ou dissolução da união estável, independentemente do regime de bens aplicável; (iii) e definiu-se que os contratos de financiamento para mulheres chefes de família dispensariam a autorização de cônjuge. Além disso, a Portaria nº 412/2015 do então Ministério das Cidades, último documento que estabeleceu critérios nacionais para seleção dos beneficiários do PMCMV na Faixa 1, sugeriu, adicionalmente, a prioridade de famílias integradas por mulheres a quem foi concedida medida protetiva no âmbito da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), critério este a ser definido pela esfera municipal. (SILVA, 2021)

Em função de seu desenho institucional o PMCMV foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma política pública exitosa no objetivo de garantir o direito à moradia das mulheres (ONU-HABITAT, 2014). Contudo, tal avaliação não considerou os efeitos da execução do programa na vida cotidiana das beneficiárias, pouco debatidos na literatura e estudados à luz da perspectiva de gênero (SILVA, 2021; SIQUEIRA, 2022).

Tomando como referência o exposto, o objetivo do artigo é discutir os resultados da execução do PMCMV Faixa 1 para as mulheres chefes de família⁴. A análise tem como recorte espacial o Município de Curitiba e como marco temporal o período entre 2009 e 2021. Para levantamento de dados quantitativos

¹ Instituído pela Medida Provisória nº 996/2021, posteriormente convertida na Lei Federal nº 14.118/2021.

² Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil (2023-2026), governou também o país entre 2003 e 2006 e 2007 e 2010. A terceira fase iniciou-se em março de 2016, no segundo governo da presidenta Dilma Vanna Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), pouco antes do início do processo de *impeachment*, responsável pelo golpe parlamentar de Estado que a tirou do poder naquele ano. A partir do governo de Michel Temer em 2016, o PMCMV sofreu grandes cortes orçamentários, que inviabilizaram sua execução (BRÊTAS, 2017; TOMAZELLI, 2020).

³ Lei Federal nº 11.124/2005.

⁴ Este trabalho origina-se de uma pesquisa de mestrado concluída, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Estado (PPU – UFPR) e vinculada ao Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles, que resultou na dissertação intitulada “O direito à cidade e a moradia das mulheres beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 no Município de Curitiba”.

e qualitativos utilizou-se pesquisa bibliográfica, pesquisa e análise documental e entrevistas semiestruturadas com beneficiárias do programa. Na pesquisa bibliográfica, a partir do estado da arte, reflete-se acerca do espaço vivido pelas mulheres na casa e na cidade, explorando como a divisão sexual do trabalho e a articulação entre raça, classe e gênero relacionam-se à configuração espacial das cidades e aos níveis e dimensões do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 2019).

A partir da pesquisa documental caracteriza-se a territorialização da desigualdade de gênero em Curitiba e verifica-se em que medida a perspectiva de gênero foi incorporada na execução do PMCMV Faixa 1. Para tanto, foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010, organizados de acordo com os setores censitários que compõem os bairros do município. Além dessa fonte, foram utilizados relatórios socioeconômicos da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), elaborados entre 2011 e 2014 para caracterizar as famílias beneficiárias, disponíveis para 14 dos 30 empreendimentos Faixa 1 executados em Curitiba. (SILVA, 2021)

As entrevistas foram realizadas com quatro mulheres chefes de família beneficiárias da Faixa 1 no empreendimento Parque Iguazu III, localizado no extremo sul do município estudado. A seleção das entrevistadas abarcou diferentes perfis de mulheres, contemplando distintas realidades cotidianas das beneficiárias do PMCMV (TABELA1)

Quadro 1 – perfil das mulheres chefes de família beneficiárias faixa 1 entrevistadas

| Entrevistada | Idade | Raça | Origem | Arranjo familiar | Composição familiar | Religião | Renda |
|----------------|-------|-------|-------------------|------------------|---|-------------------------|------------------------|
| Entrevistada 1 | 31 | negra | Fila da COHAB-CT | Monoparental | Duas filhas (15 e 12 anos) e três filhos (gêmeos de 14 anos e 8 anos) | Católica não praticante | Única renda da família |
| Entrevistada 2 | 50 | negra | Fila da COHAB-CT | Monoparental | Dois filhos (27 e 25 anos) | Católica | Não possui renda |
| Entrevistada 3 | 32 | negra | Remoção-relocação | Vive com o | Companheiro e três | Evangélica | Possui renda, |

| | | | | | | | |
|----------------|----|--------|------------------|--------------|-------------------------|------------|--------------------------|
| | | | de favela | companheiro | filhas (12, 8 e 3 anos) | a | assim como o companheiro |
| Entrevistada 4 | 48 | branca | Fila da COHAB-CT | Monoparental | Neta (6 anos) | Evangelica | Única renda da família |

Fonte: SILVA, 2021, p. 31.

O propósito das entrevistas foi recuperar a experiência cotidiana vivida nos espaços de moradia do PMCMV, bem como as interpretações dessas mulheres das relações estabelecidas entre elas, a casa e a cidade (CZYTAJLO, 2008). Essa ferramenta foi utilizada ainda para apreender elementos da vida cotidiana das beneficiárias, afetados pelas relações de raça e por características como composição familiar, renda, religião etc; e relacionados ao trabalho, às atividades de cuidado, à utilização de serviços e equipamentos públicos, à dinâmica familiar e à percepção das consequências do acesso à casa proporcionado pelo programa (SILVA, 2021).

Importante destacar que as beneficiárias do Faixa 1 em Curitiba têm duas origens: as que se inscreveram na fila de atendimento habitacional da COHAB-CT e espontaneamente aderiram ao programa; e as oriundas de remoções em favelas⁵. As entrevistas foram realizadas em março de 2021. (SILVA, 2021).

O artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução. No tópico que segue discute-se aspectos relevantes da vida cotidiana das mulheres, em especial aqueles mais relacionados ao perfil das beneficiárias do Faixa 1. Além disso, em que termos o programa incorporou tais aspectos em seu desenho institucional. Na sequência a desigualdade de gênero em Curitiba é caracterizada e territorializada. No terceiro tópico reflete-se acerca da execução do PMCMV Faixa 1 no município, à luz da perspectiva de gênero, tomando como referência os resultados da pesquisa desenvolvida. Por fim, conclui-se com uma revisão crítica e propositiva dos principais elementos que caracterizaram a execução do PMCMV no âmbito da promoção do direito à moradia das mulheres chefes de família beneficiárias.

2. A VIDA COTIDIANA DAS MULHERES ENTRE A CASA E A CIDADE

⁵ Metade das contratações Faixa 1 do PMCMV em Curitiba foi destinada ao reassentamento de famílias residentes em favelas (VASCO, 2018).

A cidade é, dialeticamente, produto, condição e meio das relações sociais que nela se desenvolvem (CARLOS, 2007). Assim, para compreender como o espaço vivido por homens e mulheres, e por diferentes perfis de mulheres, implica em distintas vidas cotidianas na cidade, é fundamental iluminar as articulações entre classe, raça e gênero na (re)produção do espaço urbano.

Destaca-se, inicialmente, que os processos de (re)produção das e nas cidades é generificado a partir de quatro princípios: a) a classificação, que separa homens e mulheres; b) a dominação masculina, que hierarquiza homens e mulheres, bem como os lugares que lhes foram designados; c) a naturalização das diferenças entre gêneros, ou seja, o argumento de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres cisgêneros justificam os demais princípios e; d) o mandato da heteronormatividade, ou a norma social estabelecida, de que mulheres e homens não devem desempenhar atividades ou ocupar lugares designados para o outro gênero (RAIBAUD *apud* CHAMPION OTT, 2016). A articulação entre tais princípios se expressa na divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres as tarefas reprodutivas e de cuidado e lhes designa o espaço doméstico como lócus, enquanto aos homens atribui o trabalho produtivo e gerador de renda, realizado no espaço público (OLIVEIRA; BARBOSA; FERREIRA, 2008). A separação moderna entre trabalho produtivo e reprodutivo, estabelecida a partir da Revolução Industrial, redundou também na oposição entre a casa e o local de trabalho, entre os espaços privados e públicos, entre o feminino e o masculino (VALDIVIA, 2018), reforçando os referidos princípios e estabelecendo regras para (re)produção dos e nos espaços da casa e da cidade.

Tais oposições cumpriram um importante papel na organização das cidades modernas, embora não sejam identificadas de forma rígida no cotidiano das mulheres trabalhadoras brasileiras, sobretudo das negras e mais empobrecidas. Isso porque a realização de atividades reprodutivas e geradoras de renda por mulheres cumpre um papel essencial na manutenção econômica das famílias brasileiras, especialmente com o aumento da proporção de lares por elas chefiados⁶. Além disso, porque as atividades reprodutivas não se restringem à casa e alcançam a cidade. Cozinhar, por exemplo, exige deslocamentos até os estabelecimentos de comércio para abastecimento; responsabilizar-se pela saúde de si e da família exige idas a hospital, postos de saúde e farmácias; cuidar das filhas e filhos demanda levá-los à escola, aos espaços de lazer; e administrar as contas da casa implica em ir ao banco, dentre outros espaços (SILVA, 2021; SIQUEIRA, 2022).

⁶ Em 1950 as mulheres eram a pessoa de referência em 12,1% dos domicílios brasileiros. Em 2015, este índice saltou para 40,5%. (OLIVEIRA; SABÓIA; COBO, 2002; IBGE, 2015).

Em função disso, a divisão sexual do trabalho afeta as condições de acesso, fruição e participação das mulheres na cidade. A acumulação das atividades geradoras de renda e cuidado exigem delas um deslocamento complexo entre a casa e a cidade, cotidianamente caracterizado por trajetos curtos, restritos e numerosos. Além disso, elas utilizam mais o transporte coletivo e se deslocam mais a pé, entre outros fatores, por terem menos acesso ao emprego formal e menor renda, sobretudo as mulheres negras. (SILVA, 2021).

A percepção social de que o espaço público não pertence às mulheres faz também com que a circulação feminina pela cidade seja marcada pela violência, notadamente o assédio, do qual mulheres negras e/ou jovens são vítimas mais frequentes. As mulheres têm medo de circular sozinhas pela cidade, especialmente à noite, implicando em alterações de trajetos, na busca de companhia masculina e até mesmo deixando de se deslocar (SILVA, 2021).

A responsabilidade socialmente imposta pelo trabalho reprodutivo estabelece também uma relação qualitativamente distinta das mulheres com a casa, o bairro e a vizinhança, que constituem os lugares mais ligados à reprodução da vida cotidiana. A casa pode significar o abrigo e a proteção da família, principalmente dos filhos e filhas e, por vezes constitui, especialmente para as mulheres de baixa renda, o espaço de realização do trabalho gerador de renda (OLIVEIRA; BARBOSA; FERREIRA, 2008).

Contraditoriamente, a casa também pode ser um espaço de violência. Estima-se que 48% dos casos de violência sofridos por mulheres no Brasil, entre fevereiro de 2018 e de 2019, aconteceram no ambiente doméstico (FRANCO, 2019). Na grande maioria deles os agressores foram os companheiros ou ex-companheiros, categorias que somadas representaram 78% dos autores dos casos de violência doméstica registrados naquele ano (SENADO FEDERAL, 2019). Os índices desse tipo de violência são maiores para as mulheres negras em relação às brancas, e para as inseridas no mercado de trabalho, quando comparadas àquelas que se dedicam exclusivamente ao trabalho reprodutivo não remunerado (SILVA, 2021).

As dicotomias entre homem e mulher, público e privado, trabalho produtivo e reprodutivo, atravessadas pelos princípios da (re)produção generificada do espaço, se expressam na configuração espacial das cidades e, via de regra, têm norteado as políticas urbanas. Para Blanca Valdivia (2018), as formas convencionais dos planos e dos projetos urbanos, principalmente os pautados pelos princípios do urbanismo modernista, assumem a falsa premissa de que as atividades de cuidado se realizam, exclusivamente, no âmbito doméstico e são, portanto, de responsabilidade individual e privada. De acordo com tal racionalidade, as políticas urbanas deveriam garantir as funções realizadas nos espaços públicos, setorizando-as e afastando-as das realizadas nos espaços domésticos. Desta forma separa-se a

casa da cidade, ignorando os usos e atividades necessários à reprodução da vida cotidiana das mulheres e de todas as demais pessoas sob seus cuidados, ou que com elas convivem. (SILVA, 2021)

Ao incluir em seu desenho institucional a preferência pela titularidade feminina, eleger as mulheres chefes de família como beneficiárias prioritárias e demais mecanismos estabelecidos, o PMCMV reconheceu a desigualdade de gênero, identificando-a como um fator de afastamento das mulheres de baixa renda do acesso à moradia digna. Contudo, faz-se necessário analisar como as relações de gênero foram incorporadas pelo programa, para verificar se de fato observou-se uma mudança de paradigma da política habitacional e o enfrentamento da desigualdade de gênero no espaço urbano. Antes de adentrar a esta discussão cabe caracterizar a territorialização da desigualdade de gênero no Município de Curitiba.

3. A DESIGUALDADE DE GÊNERO EM CURITIBA

Curitiba, capital do Estado do Paraná, é a oitava cidade mais populosa do Brasil e a mais populosa da região sul (AMORIM, 2020), com aproximadamente 2 milhões de habitantes (IBGE, 2023). O Censo 2010 indicava uma população feminina (52,33%) um pouco maior que a masculina (47,67%) e uma população majoritariamente branca (78,77%), embora a presença negra também fosse significativa (19,72%) (SIDRA, [ca 2010]a). Além disso, o município possuía um elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,823 (PNUD; FJP; IPEA, [2018?]), uma taxa de escolarização entre pessoas de 6 a 14 anos de 97,6% e 253 equipamentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) (IBGE, 2020).

Tais indicadores gerais, no entanto, não são capazes de expressar as desigualdades intraurbanas do município. Em pesquisa que analisou a infraestrutura de Curitiba segundo setores censitários, Tainá Bittencourt (2019) identificou que a região central e as áreas localizadas no entorno dos Setores Estruturais⁷ caracterizam-se pelos mais baixos índices de precariedade (Figura 1). Nessas regiões, a exceção são os setores das Vilas Parolin e Torres, espaços que conformam ou constituíram favelas.

Por outro lado, as regiões periféricas no oeste e no sul do município são caracterizadas por altos índices de precariedade (Figura 1). Estas áreas apresentam também as maiores taxas de crimes, doenças e riscos de acidente ambiental. As regiões sul e sudoeste, próximas dos municípios metropolitanos de São

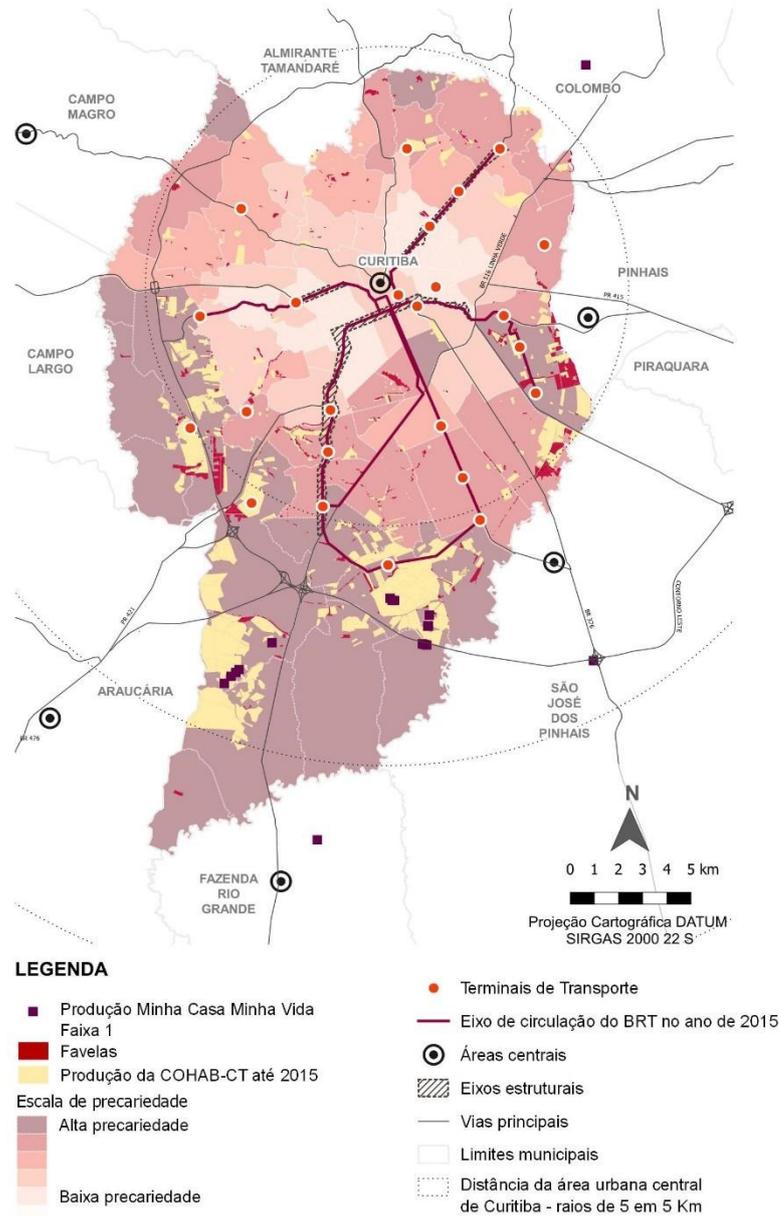
⁷ O Sistema Expresso ou BRT (Bus Rapid Transit) é o principal eixo do sistema de transporte coletivo de Curitiba, executado em vias de destinação específicas denominadas Eixos Estruturais, nas quais estão posicionados a maioria dos terminais que fazem a conexão entre as linhas de transporte e distribuem os fluxos de passageiros no território. Os Eixos Estruturais, que foram implantados gradativamente a partir da década de 1970, conformam o Setor Estrutural, e integram um dos elementos estruturadores do ordenamento territorial de Curitiba (LIMA; NUNES DA SILVA; TEIXEIRA, 2018)

José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Araucária e Campo Largo, concentram, ao mesmo tempo, os piores índices de renda e os maiores níveis de precariedade urbana e domiciliar. (BITTENCOURT, 2017; 2019).

Outro aspecto é que a área central e o entorno dos Setores Estruturais são bem integrados às demais regiões da cidade e melhor organizados em termos de mobilidade e do acesso qualificado ao transporte público. Em oposição, os extremos sul e oeste possuem piores índices de integração com a cidade, como consequência da rede viária menos densa e do acesso precário ao transporte coletivo (BITTENCOURT, 2019, 2017). (Figura 1)



Figura 1 – Condições de Precariedade dos Bairros (2010), provisão estatal de habitação popular (1965-2015), Setores Estruturais e eixos principais de circulação do BRT (2018) – Município de Curitiba



Fontes: Nunes da Silva, *et al.* (2021); URBS (2018); Bittencourt (2017); Poletto Ferreira (2019)

Cabe destacar que a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), responsável pela política municipal de habitação em Curitiba (NUNES DA SILVA *et. al.*, 2021), tem atuado, historicamente, nas regiões mais periféricas e precárias da cidade, especialmente no sul e no oeste. A implantação dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV seguiu este padrão de localização. (Figura 1)

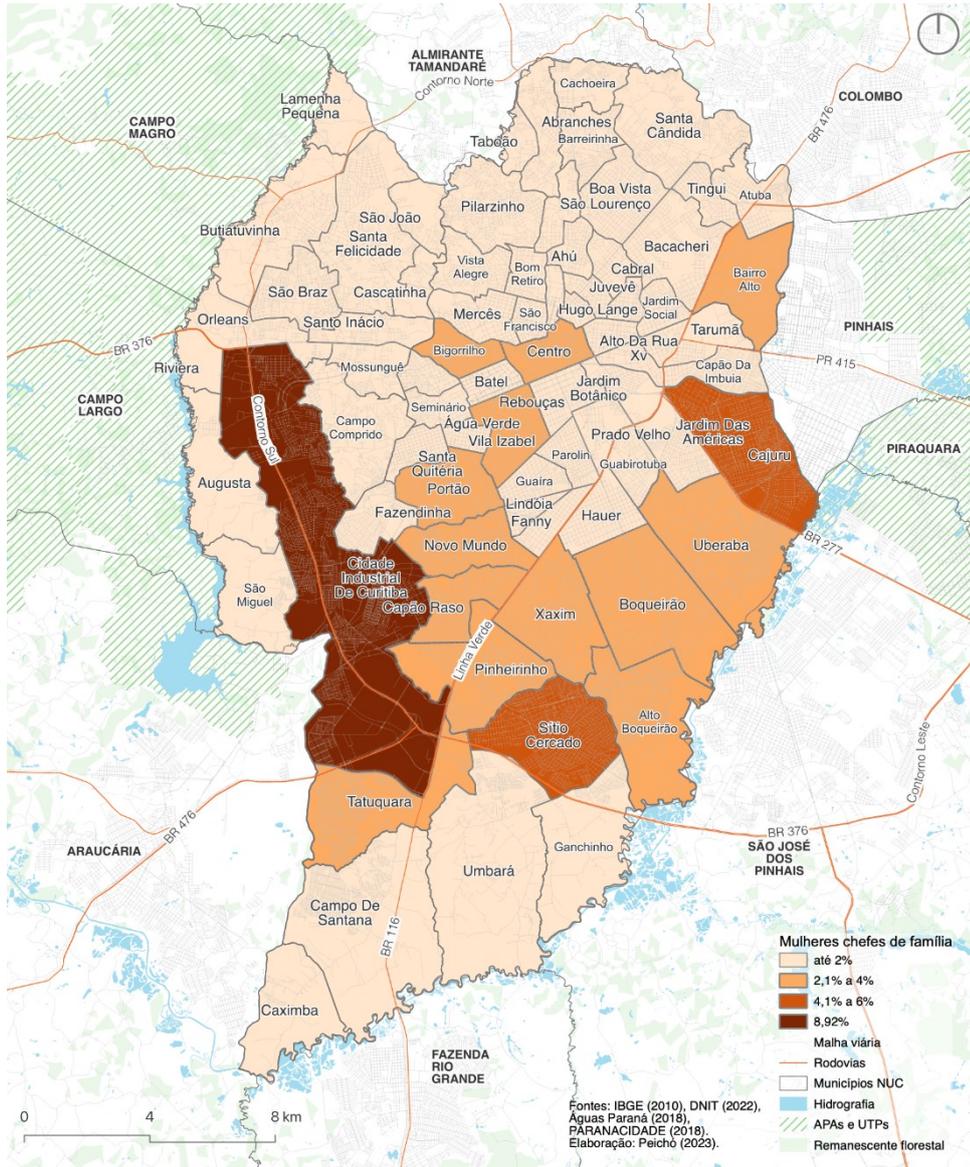
Conforme anteriormente pontuado, se a casa é o lugar designado para as mulheres segundo a divisão sexual do trabalho, a localização da moradia tem importância fundamental na vida delas e de sua família. Assim, refletir a respeito da territorialização da desigualdade de gênero passa pela caracterização do lugar onde se mora, ou seja, da casa e de seu entorno. Nesse sentido, a responsabilização pelas atividades de cuidado faz com que seja especialmente penoso para as mulheres viverem em regiões com infraestrutura urbana, serviços e equipamentos públicos inexistentes ou precários, porque são elas que precisam compensar tal ausência ou insuficiência, por meio da realização das tarefas de cuidado que o Estado deixou de assumir, ou tendo que se deslocar mais pela cidade para acessá-los.

Em função disso, as desigualdades intraurbanas implicam em espaços vividos de modo qualitativamente diferentes para as mulheres, a depender dos lugares onde elas moram e por onde se deslocam na cidade. Considerando que o PMCMV definiu as chefes de família como beneficiárias prioritárias e que elas constituíram a expressiva maioria entre os beneficiários do programa no município (SILVA, 2021)⁸, cabe apresentar quem são e onde vivem essas mulheres em Curitiba.

O perfil das chefes de família no município varia, substancialmente, de acordo com o seu local de residência. Segundo o Censo de 2010, a maioria das mulheres chefes de família da região sul de Curitiba auferia uma renda de até três salários mínimos. Em bairros como Caximba, Tatuquara, Ganchinho e Sítio Cercado essa era a condição de mais de 93% das responsáveis pelos domicílios. As mulheres de maior renda concentravam-se na região central. (SILVA, 2021) (Figuras 2 e 3)

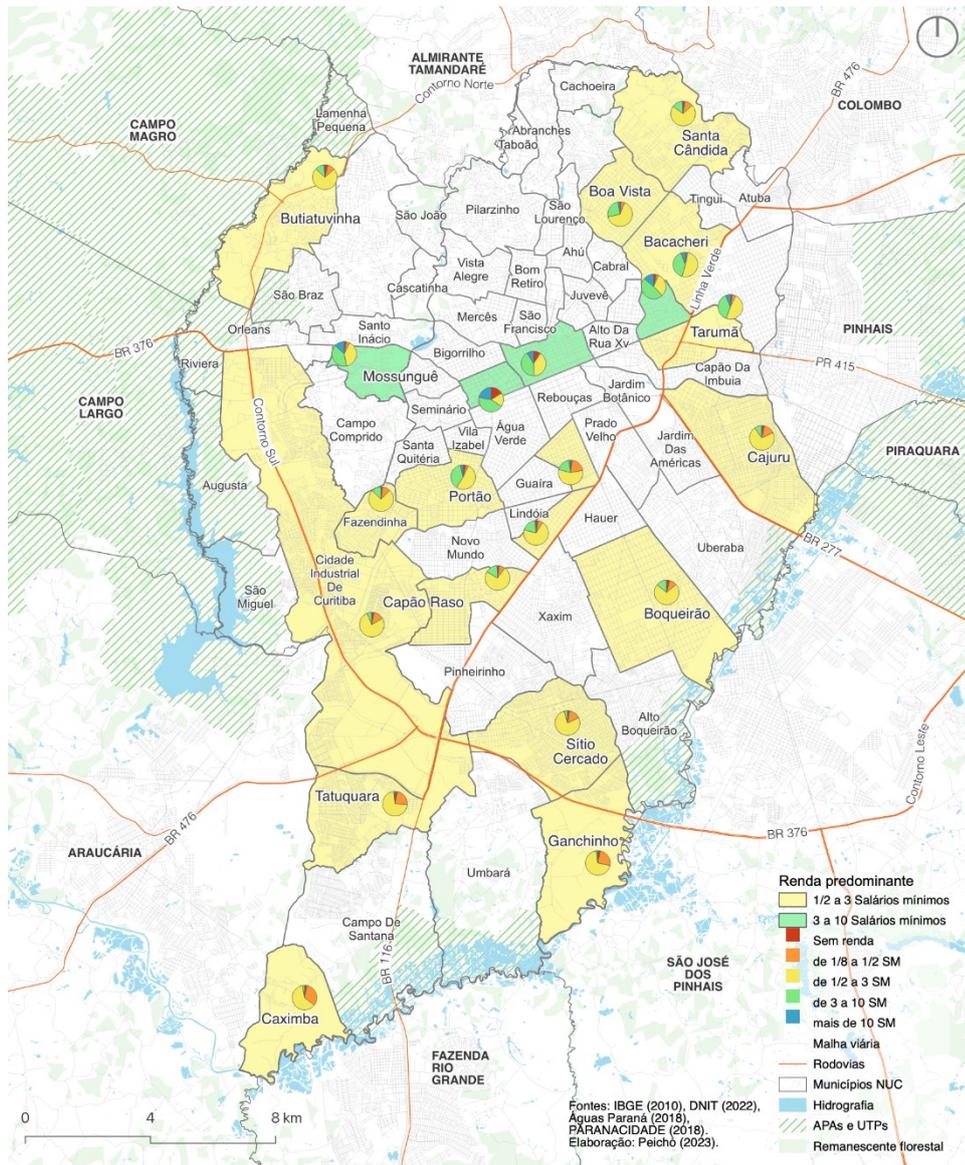
⁸ Nos catorze empreendimentos Faixa 1 para os quais a COHAB-CT disponibilizou o relatório socioeconômico, 86,11% dos responsáveis pela unidade familiar nos empreendimentos eram mulheres. Embora não contemple todos os empreendimentos construídos, essa amostra é expressiva a ponto de concluir que tal representatividade é significativa. (SILVA, 2021, p. 108-109)

Figura 2 – Porcentagem de mulheres chefes de família segundo bairros – Município de Curitiba – 2010



Fontes: SIDRA ([ca 2010]b); Silva (2021)

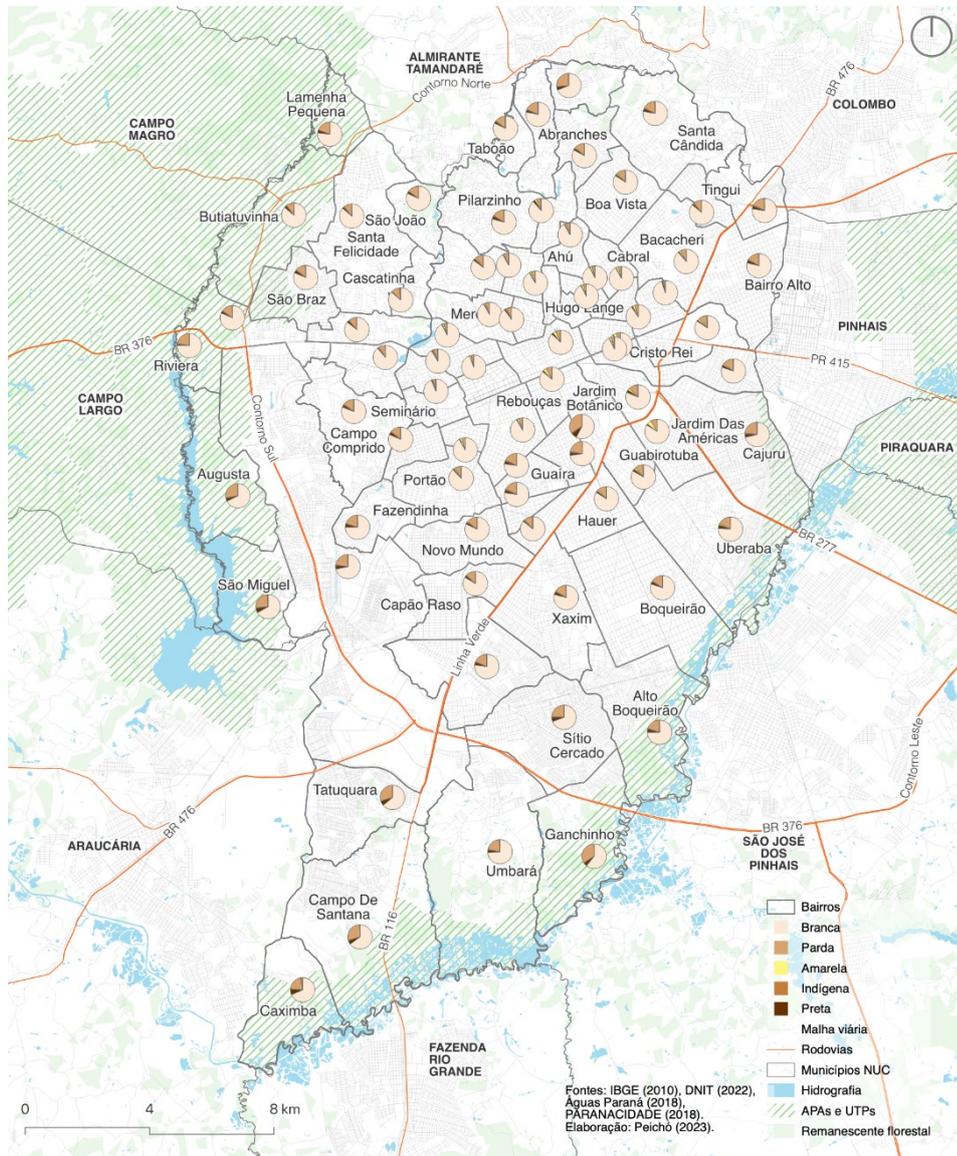
Figura 3 – Renda das mulheres responsáveis por domicílio segundo bairros – Município de Curitiba – 2010



Fontes: SIDRA ([ca 2010]b); Silva (2021)

Com relação à raça, os dados revelaram uma correlação entre os índices de precariedade e a porcentagem de mulheres negras responsáveis pelos domicílios. Entre as mulheres chefes de família, as brancas eram a maioria em todos os bairros, reflexo da predominância da população branca em Curitiba. Contudo, identificou-se que as negras estavam sobrerrepresentadas entre as mulheres responsáveis por domicílios nos bairros mais precários, especialmente no extremo sul (SIDRA [ca 2010]b). Vale destacar ainda, que 42,23% das chefes de domicílio beneficiárias era da raça preta e parda e 64,06% delas tinha apenas o ensino fundamental, segundo o relatório socioeconômico da COHAB-CT elaborados para catorze empreendimentos do PMCMV executados (SILVA, 2021, p. 115-116). (Figura 4)

Figura 4 – Raça das mulheres responsáveis por domicílio segundo bairros – Município de Curitiba – 2010



Fonte: SIDRA ([ca 2010]d); Silva (2021)

Os dados apresentados explicitam que as mulheres curitubanas responsáveis por domicílios não são um grupo homogêneo, identificando-se a existência de dois perfis opostos. Existem nuances entre eles, mas iluminá-los é útil para reconhecer quão diferente pode ser a vida cotidiana das mulheres chefes de família no município, a depender do local de sua moradia, da renda que auferem, da sua raça, da composição familiar, entre outros fatores. Nos bairros mais centrais moram as chefes de família brancas e que recebem as maiores rendas (Figuras 3 e 4). Essas mulheres e suas famílias vivem em áreas melhor integradas à cidade, com infraestrutura urbana de melhor qualidade e bem servidas de serviços e

equipamentos públicos (Figura 1). Além disso, seus domicílios contam com excelentes condições internas das habitações. (SILVA, 2021)

No extremo oposto encontram-se as chefes de família de baixa renda, que vivem nas regiões mais precárias, notadamente no sul e no oeste. Além disso, elas têm famílias maiores e compostas por mais filhos com idade até seis anos. Essas mulheres e suas famílias residem em regiões piores conectadas ao restante da cidade, com acesso mais precário ao transporte público e aos demais itens da infraestrutura urbana, com falta ou insuficiência dos equipamentos e serviços públicos necessários à realização das suas vidas cotidianas, o que, por sua vez, faz com que tenham que se deslocar mais pela cidade (Figuras 1, 2 e 3). Os seus domicílios são também caracterizados por habitações com piores índices de habitabilidade. A combinação desses fatores faz com que as chefes de família que moram nessas regiões tenham que dedicar mais tempo às tarefas de cuidado, além de viverem em condições de maior precariedade habitacional. Vale destacar novamente, que ainda que a maior parte dessas mulheres seja branca, nessas regiões vive a maioria das chefes de família negras do município, que compõem também as mais pobres entre as pessoas que são chefes de domicílio (Figuras 3 e 4). Essas são as características dos espaços onde vivem e o perfil das mulheres beneficiadas pelo PMCMV faixa 1 em Curitiba (SILVA, 2021).

4. QUEM SÃO E COMO VIVEM AS BENEFICIÁRIAS DO FAIXA 1 NO MUNICÍPIO

Como já destacado, estabeleceu-se para a Faixa 1 do PMCMV uma série de normativas que visavam o atendimento prioritário das mulheres chefes de família. Tal objetivo institucional foi alcançado na execução do programa em Curitiba e nos 14 empreendimentos cujos relatórios socioeconômicos foram analisados, pois 86,11% das famílias beneficiadas eram de chefia feminina (CURITIBA, Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), 2011a, 2011b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e, 2014f, 2014g, 2014h, 2014i.).

Ainda que a Faixa 1 atendesse exclusivamente a população de baixa renda, a análise do perfil dos beneficiários e suas famílias, a partir da categoria gênero, explicita diferenças socioeconômicas significativas no município. As famílias chefiadas por mulheres eram maiores, com em média 3,09 pessoas, enquanto as de chefia masculina tinham 1,82 membros em média. A composição das famílias também era diferente. As de chefia feminina possuíam mais pessoas menores de idade e crianças na primeira infância, com até seis anos⁹(CURITIBA, Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), 2011a,

⁹ Nos empreendimentos analisados o número médio de pessoas menores de idade em famílias de chefia feminina era de 1,4, enquanto nas masculinas 0,59. Já as crianças na primeira infância eram, em média, 0,52 nas famílias

2011b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e, 2014f, 2014g, 2014h, 2014i.). Tais dados evidenciam uma demanda maior de tempo dedicado para o trabalho doméstico e às tarefas de cuidado, em função do tamanho das famílias e da presença expressiva de crianças, que demandam supervisão constante e auxílio em atividades básicas, como as relacionadas à higiene pessoal e alimentação, por exemplo (SILVA, 2021).

O número de menores de idade pressiona também a renda das famílias femininas, uma vez que a maior parte deles ainda não está no mercado de trabalho. Soma-se a isso a constatação de que a renda média das chefes de família beneficiárias em Curitiba era R\$ 478,66 na primeira metade da década de 2010, muito inferior à renda média dos seus pares homens, de R\$ 845,00. Assim, as famílias de chefia feminina sobreviviam com rendas expressivamente menores em relação às masculinas. Nos empreendimentos pesquisados, a média da renda per capita das primeiras era de R\$ 338,80, enquanto nas famílias chefiadas por homens correspondia a R\$ 652,66. Ou seja, as chefiadas por homens recebiam aproximadamente o dobro das chefiadas por mulheres. (CURITIBA, Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), 2011a, 2011b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e, 2014f, 2014g, 2014h, 2014i.)¹⁰

A composição da renda familiar também era diferente. Na maioria das famílias de chefia masculina (84,93%) os responsáveis pelo domicílio eram a única fonte de renda. Já entre as beneficiárias do PMCMV, 49,25% aportavam a única renda familiar. Outro aspecto é que a renda de outros familiares cumpria um papel mais importante nas famílias chefiadas por mulheres, observando-se que em 21,13% delas as chefes de família não eram as únicas provedoras. Além disso, os dados revelaram que 29,65% das chefes de família beneficiárias do programa não possuíam renda. (CURITIBA, Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), 2011a, 2011b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e, 2014f, 2014g, 2014h, 2014i.)

A maioria das mulheres chefes de família com trabalhos remunerados estava inserida no mercado de trabalho formal (55,89%), ainda que uma parcela significativa estivesse no informal. Das mulheres que trabalhavam por remuneração, 32,87% o faziam por conta própria, 7,72% eram trabalhadoras domésticas sem carteira assinada e 3,53% estavam em outros trabalhos sem registro formal (CURITIBA, Companhia

chefiadas por mulheres e 0,13 nas chefiadas por homens (CURITIBA, Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), 2011a, 2011b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e, 2014f, 2014g, 2014h, 2014i.).

¹⁰ Os relatórios analisados foram produzidos entre 2011 e 2014. Neste período, o salário mínimo nominal, aquele estabelecido em lei, variou entre R\$ 545,00 e R\$ 788,00. Já o salário mínimo real, calculado a partir do preço da cesta básica de alimentos, oscilou entre R\$ 2.194,18 e R\$ 3.079,18. Em março de 2021, período da realização das entrevistas, o salário mínimo nominal era R\$ 1.100,00 e o real R\$ 5.315,74 (DIEESE, 2023).



de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), 2011a, 2011b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e, 2014f, 2014g, 2014h, 2014i.).

As mulheres brancas eram 53,96% das responsáveis por domicílio beneficiadas nos empreendimentos analisados e as negras correspondiam a 42,23%. Segundo o Censo 2010, 79,91% das chefes de família curitibanas eram brancas e 18,17% negras. Desta forma, ainda que as mulheres brancas tenham sido a maioria das beneficiárias atendidas pelo Faixa 1 no município, o atendimento às mulheres negras foi, relativamente, muito maior (CURITIBA, Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), 2011a, 2011b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2014e, 2014f, 2014g, 2014h, 2014i.).

Os dados evidenciam que as mulheres beneficiárias do Faixa 1 em Curitiba acumulam características que tornam elas e suas famílias mais vulneráveis, social e economicamente, tanto em relação aos beneficiários masculinos, quanto à maioria das mulheres chefes de família do município. Demonstrem ainda, como as relações de raça e gênero atravessam a construção do perfil das beneficiárias. Tais características têm implicações na vida cotidiana destas mulheres, na relação com a casa e a cidade, como evidenciado pelas entrevistas realizadas.

Três das quatro entrevistadas compunham famílias monoparentais femininas e apenas uma não era responsável por crianças. Independente das composições familiares, todas relataram rotinas em torno do trabalho, remunerado ou doméstico. Quando perguntadas sobre momentos de lazer, nenhuma comentou sobre atividades para si. Além disso, todas estavam no mercado informal de trabalho e tiveram suas atividades e, conseqüentemente suas rendas, comprometidas pela pandemia de COVID-19. (SILVA, 2021)

As entrevistadas foram unânimes em indicar a alimentação como a despesa que comprometia a maior parte de seus recursos. Além disso, que seus rendimentos eram insuficientes para o sustento da família. A necessidade de priorizar a alimentação resultou na dificuldade, ou incapacidade, de arcar com outras despesas e fez com que recorressem a soluções alternativas e irregulares para acessar a outros itens básicos para sua sobrevivência e de sua família. Apenas uma entrevistada, cujo filho é trabalhador com carteira assinada, conseguiu manter a prestação do imóvel em dia¹¹. Duas entrevistadas disseram recorrer a ligações irregulares de luz, por não conseguirem quitar as contas atrasadas. Relataram também que a maioria das casas do empreendimento acessava à energia elétrica por meio de ligações irregulares, conhecidas como “gato”. Apenas duas eram beneficiárias da tarifa social de água e esgoto e ainda assim uma delas não conseguiu pagar essa conta por mais de um ano, utilizando o auxílio emergencial para

¹¹ A prestações mensais variavam conforme a renda bruta familiar e a fase do programa. Os beneficiários da Fase 1 despendiam entre R\$ 25,00 e R\$ 80,00 mensais e os da fase 2 entre R\$ 80,00 e R\$ 270,00. (ENGEL, 2021)

regularizá-la. Durante esse período sua casa foi abastecida pela caixa d'água da vizinha, por meio de uma mangueira instalada de maneira alternativa. (SILVA, 2021).

Todas as entrevistadas eram as principais responsáveis pelo trabalho doméstico em suas casas, realizando atividades relacionadas, via de regra, antes, depois e durante os intervalos dos períodos dedicados ao trabalho gerador de renda. As que trabalhavam fora de casa utilizavam suas “folgas” para limpezas mais pesadas em suas casas. As que não realizavam o trabalho reprodutivo sozinhas as dividiam com suas filhas mulheres, não demandando de seus filhos da mesma idade ou de seu marido, no caso da entrevistada casada. A pandemia aumentou a carga de trabalho de cuidado das chefes de família com as crianças, que passaram a ficar em casa com o fechamento das escolas. Além disso, o ensino remoto exigiu maior envolvimento das mulheres no auxílio às atividades de ensino das crianças, aumentando o tempo despendido pelas mulheres e o impacto na renda das famílias. (SILVA, 2021)

Cabe destacar que as tarefas domésticas e de cuidado demandam tempo gasto na sua execução, mas também no planejamento e na sua incorporação ao cotidiano das beneficiárias. Tal característica produz um deslocamento complexo das mulheres pela cidade, em uma rotina extenuante. Ao relatar um dia de semana comum antes da pandemia, uma das entrevistadas contou acordar às 7h, arrumar as crianças para a escola antes de ir trabalhar e gastar pelo menos uma hora e vinte minutos de ônibus até o trabalho. Depois do expediente, voltava para casa de ônibus, buscava a filha mais nova na escola, a deixava em casa, e depois ia ao mercado. De volta a casa, preparava e servia o jantar, dava banho na filha mais nova e preparava o necessário para o dia seguinte, não indo dormir antes da meia noite. (SILVA, 2021)

As beneficiárias realizavam a maioria dos deslocamentos relacionados a atividades reprodutivas. Apesar de avaliarem positivamente a infraestrutura urbana para a realização desses deslocamentos, relataram temer serem vítimas de assaltos, comuns nos trajetos a pé. (SILVA, 2021)

As entrevistas indicaram que a localização do empreendimento, situado em uma frente de expansão urbana periférica, conforme descrito, dificultou o acesso das beneficiárias à cidade, ao emprego e à renda. A maioria delas trabalhava na área central da cidade e para se deslocarem até lá dispunham de uma única linha de ônibus. Uma entrevistada relatou que os empregadores evitam contratar pessoas que moram na região onde localiza-se o empreendimento, por conta da distância e dos possíveis atrasos. Relaram ainda, que apesar dos equipamentos públicos existentes serem suficientes para atender as famílias que vivem no empreendimento, quando elas foram morar na região eles não existiam, sendo instalados aos poucos, depois da chegada delas. (SILVA, 2021)

Outro aspecto destacado foi a qualidade construtiva das habitações. As beneficiárias apontaram problemas estruturais nos sobrados, como rachaduras nas paredes, ocorrência de incêndios em

instalações elétricas, entupimentos constantes no encanamento, telhas quebradas e alagamentos. A dimensão dos imóveis também foi considerada inadequada, bem como o tamanho dos cômodos, especialmente dos quartos, dificultando a acomodação de famílias maiores e a disposição dos móveis. (SILVA, 2021)

Ainda que os relatos tenham indicado dificuldades semelhantes, foi notável a diferença da avaliação entre as beneficiárias da fila da COHAB-CT e a oriunda de um processo de remoção de favela, para quem a mudança para o empreendimento foi imposta. Para as primeiras, o desejado acesso à casa própria é percebido como uma conquista, que supera os aspectos negativos de suas experiências cotidianas no empreendimento e na região. As que viviam de aluguel enfatizaram, especialmente, o quanto foi positivo deixar de temer ficar sem um lugar para morar. A antiga moradora da favela deu mais relevância aos aspectos negativos, comparando a vida no novo bairro com a que tinha anteriormente no assentamento de origem. Ela destacou o encarecimento de sua vida, por ter que arcar com contas que não existiam antes. Esse aumento do custo em sua vida impôs também limitações no acesso à cidade. Além disso, a remoção enfraqueceu as relações comunitárias que tinha na ocupação, apesar da maioria das famílias do assentamento original terem sido removidas para o mesmo conjunto habitacional, o Parque Iguazu III. (SILVA, 2021)

5. E O DIREITO À MORADIA DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PMCMV?

Os dados analisados na pesquisa, cotejados com os referenciais teóricos adotados, permitem formular a seguinte questão: o direito à moradia foi de fato garantido para as mulheres beneficiárias do PMCMV ?

Conforme evidenciaram os dados levantados, o objetivo de tornar as mulheres beneficiárias do programa certamente foi atendido. Além dos dispositivos normativos da preferência feminina, outro fator essencial foi a política de subsídios com recursos a fundo perdido para a população de baixa renda (CARDOSO; JAENISCH; ARAGÃO, 2017), uma inovação do PMCMV, sem a qual seria impossível para as mulheres, em função da renda, acessar à casa própria. Soma-se a isso a preferência pela titularidade feminina, que concretamente protegeu a beneficiária de perder o imóvel para o companheiro ou ex-companheiro, aspecto com capacidade de alterar as dinâmicas de poder observadas no ambiente doméstico, funcionando como uma moeda de barganha para as mulheres frente a seus companheiros (LIMA, 2012; BARROS, 2016).

Contudo, os aspectos positivos da política não foram suficientes para garantir o direito à cidade e à moradia das beneficiárias. Concretamente, a execução do programa deu apenas uma garantia relativa

da propriedade do imóvel às mulheres, uma vez que o mesmo pode ser retomado a qualquer tempo em função da inadimplência, situação em que se encontravam a maioria das beneficiárias entrevistadas.

É preciso enfatizar ainda, que o PMCMV reafirmou o padrão histórico de caráter setorial e distributivo das políticas habitacionais brasileiras, direcionando como única resposta ao problema o acesso à casa própria via mercado imobiliário. Nesse sentido, o programa equipara o direito à moradia ao acesso a uma propriedade, sem articulação com o direito à cidade (DENIZO, 2018).

A vida cotidiana das beneficiárias também não foi um fator considerado pelo programa, especialmente se for levada em conta a necessidade de articular a realização do trabalho gerador de renda com o trabalho reprodutivo e de cuidado, ambos desenvolvidos tanto no espaço público quanto no privado. (SILVA, 2021)

O modelo de política habitacional ao qual se filiou o PMCMV foi caracterizado pela periferização e a segregação da moradia popular (RUFINO, 2015), constatação confirmada em Curitiba (VASCO, 2018; POLETTO FERREIRA, 2019; SILVA, 2021). Assim, a localização dos empreendimentos limitou o acesso, já dificultado às mulheres, ao emprego e à renda. A baixa qualidade arquitetônica dos imóveis também impôs uma maior carga de trabalho doméstico. Além disso, a ausência de acesso qualificado ao transporte público e aos serviços e equipamentos urbanos, próximos ao local de moradia, implicaram em maior gasto de tempo e de dinheiro das beneficiárias para acessá-los, tanto para si como para seus familiares.

A execução do programa desconsiderou também a condição de maior vulnerabilidade das beneficiárias mulheres, ampliada com o aumento do custo de vida derivado da mudança para o empreendimento. Essa situação foi agravada para as mulheres oriundas de processos de remoção de favelas, em função da perda do vínculo comunitário que existia no assentamento de origem. Conforme Abramo (2003, p. 104), tal vínculo resulta em uma “economia da solidariedade”, baseada na constituição de redes sociais que permitem às famílias acessarem bens e serviços sem o desembolso de valores monetários, úteis à realização das estratégias de sobrevivência de seus participantes.

Desta forma, ao não reconhecer as diferenças qualitativas nos espaços vividos por homens e mulheres, o Estado acabou aprofundando as desigualdades de gênero na cidade. Nesse sentido, defende-se a necessidade de reconfiguração das políticas habitacionais, para que seja superado o falso paradigma binário que opõe homem-espço público-trabalho produtivo à mulher-espço doméstico-trabalho reprodutivo. Importante destacar que tal superação só é possível por meio da articulação entre as políticas habitacional e urbana, e a partir de uma perspectiva que considere a vida cotidiana das mulheres. Para que a intervenção estatal no campo da política urbana seja capaz de enfrentar a desigualdade de gênero no espaço urbano, é preciso uma mudança de paradigma que abandone essas falsas dicotomias. As contribuições do urbanismo feminista evidenciam a necessidade de se reconhecer a diversidade de

gênero, raça, renda, idade, sexualidade, origem, bem como a existência de pessoas com deficiência e as diversas vidas cotidianas destes sujeitos no espaço urbano. É preciso ainda assumir uma perspectiva de cidade que coloque as pessoas como prioridade e, conseqüentemente, as atividades reprodutivas e de cuidado como essenciais, realizadas na casa e na cidade, e que devem ser consideradas de responsabilidade coletiva e estatal (VALDIVIA, 2018).

Ainda que o recorte territorial da pesquisa tenha se restringido ao Município de Curitiba, acredita-se que a reflexão contribui para a avaliação e a concepção de políticas habitacionais de maneira mais ampla, à luz da perspectiva de gênero, considerando que o PMCMV abrangeu todo o território brasileiro, por meio das mesmas diretrizes nacionais, embora tenha sido executado em distintas cidades e realidades. Assim, mesmo considerando as especificidades da execução do programa e do Faixa 1 nas diferentes regiões brasileiras, características comuns foram identificadas em diversas cidades, tais como a localização periférica dos empreendimentos, a padronização das tipologias habitacionais, do padrão arquitetônico e das técnicas construtivas utilizadas (CARDOSO, 2013; RUFINO, 2015), sendo válido supor que os resultados apurados no caso estudado poderão ser encontrados também em outros municípios do país.

Nesse sentido, espera-se que os resultados da presente pesquisa se somem aos obtidos em outras investigações realizadas acerca do PMCMV, e, especificamente, às que tomam como referência a perspectiva de gênero, contribuindo para a proposição de programas habitacionais que considerem o espaço vivido pelas mulheres, desde a formulação deles à sua execução. Além da ampliação dos benefícios redistributivos derivados de políticas que tomem as mulheres chefes de família e suas demandas como prioridade, defende-se que programas habitacionais sensíveis à dimensão cotidiana da vida têm o potencial de melhorar a qualidade de vida e promover a justiça social de todos os perfis sociais que compõem a população mais empobrecida (SILVA, 2021), para a qual a atuação pública no campo da moradia deve ser direcionada como prioridade (DENIZO, 2018).

Por fim, vale pontuar que os aspectos iluminados na presente reflexão são especialmente relevantes e atuais, considerando a recriação do Ministério das Cidades e o anúncio da retomada do PMCMV por parte do governo federal recém empossado. Nesse sentido, espera-se que os resultados apresentados possam contribuir com a formulação e revisão das políticas habitacionais no país, as quais urge incorporar as perspectivas de gênero, raça, classe e a dimensão da vida cotidiana de seus beneficiários para a efetivação do direito à cidade e à moradia.

REFERÊNCIAS



ABRAMO, Pedro. A teoria econômica da favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In. ABRAMO, Pedro. (Org.) **Cidade da Informalidade**. Rio de Janeiro: Livraria Sete Letras, FAPERJ, 2003. p. 189 – 223.

AMORIM, Daniela. Curitiba, com 1,948 milhão de habitantes, é o oitavo município mais populoso do país. **Bem Paraná**, 27 ago. 2020, Notícias/Brasil. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/ibge-municipio-de-sao-paulo-alcanca-12325-milhoes-de-habitantes-em-1o-de-julho-533#.YLp7mHVKjIU>. Acesso em: 28 set. 2020.

BARROS, Tainã Aynoã dos Santos. **Mulheres em “Nova Vida”**: um estudo sobre as moradoras de um conjunto habitacional, contempladas pelo programa Minha Casa Minha Vida, em Petrolina – PE. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 125, 2016.

BITTENCOURT, Tainá Andreoli. **Desigualdade socioespacial, planejamento urbano e distribuição de recursos públicos em Curitiba**: uma análise a partir da infraestrutura urbana. Curitiba: Monografia (Curso de Graduação em Engenharia Civil), Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Curso de Engenharia Civil, p. 133, 2017.

_____. **Planejamento urbano modelo e constituição das desigualdades socioespaciais: a infraestrutura do espaço intra-urbano de Curitiba**. In. XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais. Natal: ANPUR, 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria especial da fazenda. Secretaria de avaliação, planejamento, energia e loteria. **Relatório de avaliação**: Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRETÂS, Pollyanna. Cortes orçamentários atingem ‘Minha casa, minha vida’. **Extra**, Rio de Janeiro, 29 out. 2017, Economia. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/cortes-orcamentarios-atingem-programaminha-casa-minha-vida-22004802.html>. Acesso em: 22 set. 2018.

CARDOSO, Adauto Lucio. (Org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, Adauto Lúcio; JAENISCH, Samuel Thomas; ARAGÃO, Thêmis Amorim. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil**: da euforia à crise. In.: CARDOSO, Adauto Lúcio; JAENISCH, Samuel Thomas; ARAGÃO, Thêmis Amorim (Org). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2017.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CHAMPION OTT, Nicole Julie. **Análisis de la incorporación de la perspectiva de género en el Programa de Mejoramiento de Barrios, ejecutado en el Departamento de Montevideo, Uruguay, entre 2001 y 2016**. Tese (Mestrado em Gênero, Sociedade e Políticas Públicas) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Tucumán, p. 111, 2018.

CZYTAJLO, Natalia. **Estrategias de mujeres y nuevas territorialidades em contextos de Globalización**. Tese (Máster en Impactos territoriales de la globalización em ámbitos periféricos y centrales) – Universidad Internacional de Andalucía. Sevilla, p. 221, 2008.



DENIZO, Valentina. Papéis do Estado na questão habitacional: reflexões conceituais. In: Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano, 15, 2013, Recife. **Anais...** Recife: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano, 2013. Disponível em: 147 <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/375>. Acesso em 31: out. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ENGEL, Cinthia. **Solicitação de informação** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: milacarvalho92@gmail.com. 11 mai. 2021.

FRANCO, Luiza. Violência contra a mulher: novos dados mostram que ‘não há lugar seguro no Brasil’. **BBC News Brasil**, São Paulo, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. Acesso em: 15 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Brasil, 2015. Disponível em: Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/44/47044?ano=2015>> Acesso em: 23 nov. 2022.

_____. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022.** 2023. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios.pdf. Acesso em 19 mar. 2023.

_____. **IBGE Cidades: Curitiba.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** 2a edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LIMA, Denise Furtado Alencar. **A política de titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, p. 129, 2012.

NUNES DA SILVA, Madianita; VASCO, Kelly Maria Christine Mengarda; TEIXEIRA, Ana Gabriela. Curitiba: o arcabouço institucional e normativo da política municipal de habitação e as contradições na execução do PAC em Curitiba. In.: CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana (Org). **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC.** Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2018.

NUNES DA SILVA, Madianita; CORREIA, Alice Dandara de Assis; TEIXEIRA, Ana Gabriela; VASCO, FURLAN, Débora Luiza Schumacher; Kelly Maria Christine Mengarda. **Relatório de pesquisa Direito à cidade e habitação: condicionantes institucionais e normativas para implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Curitiba.** Curitiba: LAHURB UFPR; LEPUR UFABC; Observatório das Metrôpoles, 2021.

OLIVEIRA, Maria Letícia; BARBOSA, Maria de Lourdes da Silva; FERREIRA, Beth. O cajueiro amigo: reflexões sobre o impacto dos despejos na vida das mulheres. In: GOUVEIA, Taciana (Org.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade.** Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 38 – 59.



OLIVEIRA, Sonia; SABÓIA, Ana Lucia; COBO, Barbara. **Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios**: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66197.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

POLETTO FERREIRA, Érika. **O custo global do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa na metrópole de Curitiba. Curitiba**. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU HABITAT). **Women and housing: towards inclusive Cities**. 2014. Disponível em: <https://unhabitat.org/women-and-housing-towards-inclusive-cities>. Acesso em: 18 jul. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil: perfil Curitiba**. [2018?]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/410690#idhmall>. Acesso em: 2 out. 2020.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha casa ...e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 51 – 70.

SENADO FEDERAL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**: pesquisa DataSenado. Brasília: 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidaspor-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>. Acesso em: 17 abr. 2020

SILVA, Kamila Anne Carvalho da. **O direito à cidade e à moradia das mulheres beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 no Município de Curitiba**. 162 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

SIQUEIRA, Elisa da Costa **Urbanização de favelas e mulheres**: contribuições para enfrentar a exclusão do direito à cidade e à moradia no município de Curitiba - PR.240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA). **Tabela 200** - População residente, por sexo, situação e grupos de idade - amostra - características gerais da população. [ca 2010]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200#resultado%20https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/136#resultado>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. Tabela 3277 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade. [ca 2010]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1385#resultado>. Acesso em: 16 abr. 2020.

TOMAZELLI, Indiana. Na berlinda por falta de verba, Minha Casa Minha Vida vive maior aperto desde sua criação. **O Estado de S. Paulo**, Brasília, 2 set. 2019. Disponível em:



<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,na-berlinda-por-faltade-verba-minha-casa-minha-vida-vive-maior-aperto-desde-suacriacao,70002993151>. Acesso em: 28 set. 2020.

URBS (2018). Urbanização de Curitiba S/A. Site oficial. Disponível em: <https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/utilidades>>. Acesso em: 12/02/2018.

VALDIVIA, Blanca. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. **Hábitat y sociedad**, n. 11, p. 65-84, 11. nov. 2018. Disponível em: <http://www.punt6.org/wpcontent/uploads/2016/09/DelUrbanismoAndrocéntricoalaciudadCuidadora.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Sobre os autores:

Kamila Anne Carvalho da Silva

Bacharela em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em direito à cidade e gestão urbana pela Universidade Positivo (UP), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da UFPR. É pesquisadora do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrôpoles.

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças 2920, Apto 30, Bairro Rebouças, Curitiba, Paraná, CEP 80.250-170

Telefone: (41) 99624 8850

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4453-9190>

URL: <http://lattes.cnpq.br/5651584419328892>

E-mail: milacarvalho92@gmail.com

Madianita Nunes da Silva

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. Atua como docente em regime de Dedicção Exclusiva no Departamento de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PPU) da UFPR. É pesquisadora do Núcleo Curitiba do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles e do Laboratório de Habitação e Urbanismo (LAHURB) da UFPR.

Endereço: Alameda Princesa Izabel, 1958, Apto 11, Bairro Bigorriho, Curitiba, Paraná, CEP 80.730-080

Telefone: (41) 99655 1919

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3648-6797>

URL: <http://lattes.cnpq.br/1972138591868138>

E-mail: madianita@gmail.com

